

Entrevista com a Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani (USP)¹

Provocadores: Claudio Miranda Correa (PPGH-UERJ);
Pedro Henrique Carvalho (PPGH-UFF); e Gabriel de
Abreu Machado Gaspar (PPGH-UFF)

1. Tanto na dissertação quanto na tese, a senhora trata de temas que poderíamos considerar clássicos, levando em consideração o imaginário e as representações relacionadas à monarquia ibérica. Mesmo que a cultura escrita já estivesse de alguma forma presente, na análise das crônicas e de outras fontes ligadas à literatura, esta não era a especialidade desses estudos. Como, quando e de que forma a cultura escrita aparece como um dos eixos fundamentais das suas pesquisas?

R1: Minha pesquisa de Mestrado, defendida em 1995 e que resultaria no livro *O jovem rei encantado*, publicado em 2003 pela editora Hucitec, foi realizada durante a primeira metade dos anos 1990 no Programa de História Social da USP. Naquela época, as principais correntes historiográficas que mobilizavam nossos estudos, as leituras que fomentavam a escolhas dos nossos temas de pesquisa eram a principalmente da chamada “terceira geração da Escola dos Annales”, também conhecida na época como “História das Mentalidades”, da qual faziam parte Jacques Le Goff, Georges Duby e Jean Delumeau, entre outros; ao mesmo tempo vivemos a chegada estonteante ao Brasil dos trabalhos de Carlo Ginzburg e seus companheiros italianos da “Micro História”, mas principalmente ao processo de Menocchio estudado em *O queijo e os vermes*, os personagens *benandanti* de *Andarilhos do Bem* e os sabás da longa duração estudados em *História Noturna*. No Brasil, os trabalhos de Laura de Mello e Souza, sobretudo *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* foi determinante para a escolha de temas relacionados à religiosidade e às representações, pois desde que me graduei (1987) comecei a participar de um grupo de estudos coordenado por ela, no qual fazíamos diversas leituras acerca desses temas e abordagens. Outro autor importantíssimo para a minha escolha temática foi o filósofo russo Mikhail Bakhtin, a partir da leitura de *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, que me levou a pensar, junto com Ginzburg e Laura, a questão

¹ Entrevista realizada por e-mail entre os dias 2 de junho e 7 de julho de 2019.

dos cruzamentos entre o erudito e o popular no Ocidente cristão durante primeira modernidade. Foi pelas trilhas de Bakhtin que me encorajei a trabalhar com a literatura, as novelas de cavalaria e as crônicas da Baixa Idade Média e pensar a questão das representações do poder e da figura real em Portugal. Minha decisão pelo estudo das matrizes do messianismo régio português foi feita aos poucos, muito influenciada por esse ambiente de estudos que tínhamos na universidade nos inícios dos anos 90 com o aparecimento de tantas obras e traduções importantes.

A escolha do meu objeto trabalhado no doutorado – as jornadas e cerimônias dos Filipes em Portugal (1581-1619), que resultou no meu livro *O Rei Ausente*, publicado pela Ed. Alameda em 2004, surgiu após a leitura de um livro muito importante para mim: *O discurso político em Portugal (1600-1650)* de Diogo Ramada Curto. Lendo esse livro eu percebi que o meu tema de interesse não era exatamente a questão do messianismo régio, mas sim o modo como as monarquias modernas representavam o poder real e a relação entre este e os diversos poderes dos reinos, e que o discurso e a representação política eram o que eu queria estudar. Comecei a buscar referências de obras sobre a incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica e a cultura política que marcava essa relação de poder, assunto que praticamente não era estudado no Brasil. Em Portugal, encontrei a obra de Antonio Manuel Hespanha (que acabamos de perder, infelizmente) e o trabalho Antonio de Oliveira. Na Espanha, entretanto, não havia estudos disponíveis sobre a incorporação de Portugal. Lembremos que naquele momento ainda não havia *internet* e a pesquisa precisava ser feita nos locais. Em 1997, foi editado um trabalho que nunca havia sido devidamente divulgado, *Portugal na Época da Restauração* de Eduardo D'Oliveira França, que ainda estava vivo. Em seguida, realizei um estágio de pesquisa em Portugal, sob a supervisão da Profa. Rita Marquilhas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, época em que tomei contato com a obra do historiador espanhol que mudaria a minha perspectiva de análise: Fernando Bouza Álvarez, que me levou a descobrir a História da Cultura Escrita no mundo Ibérico. Marquilhas fazia parte de um grupo de jovens professores portugueses, ao lado de Pedro Cardim, que dialogavam com a Bouza, liam seus trabalhos, e foram eles que me apresentaram ao novo campo de estudos. Também estive em Madrid, quando pude conversar pessoalmente pela primeira vez com Bouza, ouvir suas críticas e sugestões ao meu trabalho. A partir dessa nossa primeira conversa, ocorrida no café da Biblioteca Nacional, em Madrid, surgiu uma admiração profunda por ele, seus temas, sua erudição, sua generosidade como historiador. De volta a São Paulo eu entendi que minha abordagem ganhava uma nova mirada, determinante para tudo o que eu fiz até hoje. Depois de conhecer Bouza no verão escaldante de Madrid, em agosto de 1998, penso que comecei a me tornar, de fato, uma historiadora da cultura escrita nos mundos ibéricos. As palavras que ele me disse, a paixão com que falava dos livros e dos manuscritos me contagiou de maneira definitiva. Eu voltaria à Espanha em janeiro de 2000 ainda para fechar a pesquisa de arquivos, e novamente para poder ouvir sua opinião e seus conselhos. Mais tarde, já professora de História Ibérica na USP, realizei um estágio de pós-doutorado com ele na Universidade Complutense de Madrid (2006), e em 2013 ajudei a organizar sua vinda ao

meu departamento para ministrar uma disciplina de pós-graduação. Outro autor muito importante nesse momento de transformação e amadurecimento do meu trabalho foi o historiador francês Serge Gruzinski, que conheci ainda no ano 2000, quando eu estava redigindo a tese. Gruzinski tinha já muitos contatos com a historiografia colonial brasileira, mas seu livro *Les quatre parties du monde* me fez perceber que a minha pesquisa tinha sentido e que eu estava trilhando um caminho, no mínimo, coerente. A ele devo a percepção de que, as conexões entre os mundos ibéricos abriram um tempo de mundialização – a primeira - e que as tecnologias de escrita e circulação de informações alcançaram uma escala global a partir dessas conexões.

A história da cultura escrita chegou até mim porque eu resolvi estudar Portugal na Monarquia Hispânica, e esse objeto não pode ser entendido sem passar pelos novos usos e tecnologias da escrita.

2. A invenção da imprensa é observada pela historiografia como um dos símbolos do surgimento de uma nova era. Os documentos da época moderna apontam que o livro impresso se popularizou rapidamente por toda Europa. Porém, ao contrário do que se poderia supor, isto não significou a diminuição da circulação de material manuscrito. A senhora poderia falar um pouco das suas investigações recentes sobre essas fontes?

R2: Antes de mais nada é importante lembrar que o manuscrito sempre foi estudado pelos historiadores modernistas, isto é, o trabalho com as fontes manuscritas é determinante para a compreensão da Época Moderna. Contudo, até muito recentemente havia um entendimento de que o livro na Época Moderna era somente impresso, enquanto o manuscrito era de outra natureza, isto é, material de arquivo, acervo documental, mas não livro. Não podemos nos esquecer que no Brasil os eruditos do século XIX foram responsáveis pela edição e fixação de textos chave do período colonial, que circulavam manuscritos, e graças a esses eruditos e suas edições nasceram os estudos da formação do pensamento brasileiro. Exemplos dessas edições oitocentistas são as de Gabriel Soares de Sousa, por Francisco Adolfo de Varnhagen e Ambrósio Fernandes Brandão, por Capistrano de Abreu, entre muitas outras. Não só no Brasil a erudição do século XIX nos proporcionou um amplo conhecimento desses textos que circularam manuscritos, também na Europa e nos EUA surgiram milhares de edições críticas que nos davam a sensação de que essas obras haviam sido pensadas para serem impressas, concepção que vigorou praticamente ao longo de todo o século XX e que, para muitos, ainda vigora.

Por outro lado, os estudos da História do Livro impresso, que sempre existiram desde a sua invenção nos finais do século XV, não consideravam a relevância dos livros manuscritos, tomando seus objetos também como um produto acabado e definitivo. Obviamente os paleógrafos e filólogos não pensavam assim, pois desde os inícios de suas áreas de estudos dedicaram-se a investigar a circulação manuscrita, cópias e versões diversas de um mesmo texto. Os estudos do impresso e do manuscrito pouco dialogavam e mantiveram-se como áreas separadas, a não ser quando se tratava de estudar os escritos de um autor específico, mas

também neste caso tratava-se de entender como o texto manuscrito se tornaria um dia impresso, como se o impresso fosse o destino do manuscrito. A grande mudança começou a acontecer, creio, eu, nos finais da década de 1990 com o desafio trazido pela tecnologia e o aparecimento do computador pessoal. Essa transformação da relação dos autores com a escrita de seus próprios textos e a possibilidade de editá-los, imprimi-los em casa, levou os historiadores a repensarem a própria história do livro e a relação entre impressos e manuscritos. Naquele contexto os trabalhos de Roger Chartier abriram os nossos olhos, e os horizontes se ampliaram. Mas, na minha opinião, foi a historiografia espanhola que nos permitiu uma mudança de perspectiva acerca da presença do livro manuscrito na história da cultura no mundo ibérico, com o já referido Fernando Bouza e também António Castillo Gómes, professor da Universidade de Alcalá de Henares, um estudioso da circulação de manuscritos em todos os seus circuitos. Atualmente é impossível trabalhar com o tema da cultura escrita na Época Moderna em passar por esses dois autores. Minha primeira tentativa de sistematizar os estudos nessa área ocorreu em um seminário que organizei na USP em 2006, e que resultou na publicação do livro *O império por escrito* de 2009, organizado em parceria com a Profa. Leila Algranti da UNICAMP e editado pela Alameda. Nesses debates, propusemos como problemática a questão da circulação de manuscritos no mesmo patamar de importância do livro impresso durante a época Moderna.

3. Ao analisarem a alfabetização na França, François Furet e Jacques Ozouf destacam que o desenvolvimento da cultura escrita foi um dos responsáveis por separar a história da religião e, conseqüentemente, possibilitar o surgimento de uma ideologia secular baseada na autonomia do indivíduo. É possível falar de processo semelhante para o mundo ibero-americano entre os séculos XVI e XIX?

R3: Sim e não. Todos os processos ocorridos a partir da Europa central entre os séculos XVI e XIX afetam, de maneiras diversas e com intensidades múltiplas, todas as regiões a ela conectadas. Isso significa que também o mundo ibero-americano estava conectado a tais transformações apontadas por Furet e Ozouf. Entretanto, as especificidades de Portugal e Espanha, e ainda mais das regiões ocupadas e exploradas por eles, marcaram essa transformação. Penso que o papel da alfabetização nos mundos ibéricos também atua no sentido de sustentar a formação do indivíduo, mas este não é o único, nem o principal efeito dela, sobretudo no que se refere aos espaços coloniais. Nesse sentido, é importante lembrar que a escrita foi determinante para a construção das relações e vínculos entre a o centro e as partes dos Impérios Ibéricos, ou seja, toda a comunicação que se travou a milhares de quilômetros de distância entre Lisboa e seus domínios na Ásia, África e América foi feita, em grande medida, pela via escrita. O mesmo ocorreu entre Castela e América. À medida que as relações de poder se fortaleciam, toda sorte de documentos oficiais e pessoais, bem como roteiros, mapas, descrições, relatos e etc, circulavam entre as regiões, nas esferas da administração, governana e no âmbito das redes de religiosos, de mercadores, parentes e subordinados. Uma das importantes demonstrações desse comportamento relacionado à escrita é o volume gigantesco

de registros existentes nos arquivos Ibéricos relacionados aos pedidos de mercês, privilégios e remuneração de serviços prestados. Imagino que o número de agentes mobilizados para a elaboração dessa escrita foi proporcional ao papel que as línguas portuguesa e espanhola adquiriram no mundo. Mesmo as pessoas que não sabiam ler e escrever necessitavam de alguém com essas habilidades para a elaboração das cartas de solicitação.

Outro exemplo de uso da escrita, ao longo de todo o Antigo Regime, extremamente vinculado ao mundo ibérico são os processos inquisitoriais, detalhadíssimos e repletos de informações pessoais que nos permitem também reconstituir a relação dos indivíduos com a leitura por meio da censura, do controle estabelecido nos processos. A igreja Católica, como se sabe, detinha o controle da escrita, da impressão e da leitura no mundo ibérico, e seus agentes demonstravam profundo conhecimento das ameaças que tais saberes poderiam trazer aos próprios indivíduos. Há que se levar em conta também o grande número de pessoas que não tinham nenhum conhecimento de escrita e leitura, tal como nós entendemos essas ações atualmente, mas que eram capazes de memorizar capítulos inteiros de obras utilizando técnicas de fixação da memória, ou então realizar cópias de obras inteiras apenas reproduzindo as palavras sem saber o que elas significavam.

Também a leitura de livros religiosos por mulheres, por exemplo, era uma prática muito comum em conventos e recolhimentos, como nos mostrou Leila Algranti.

Já a leitura individual e silenciosa de um livro, tal como a conhecemos a partir do século XIX, esta certamente só chegou a um pequeno número de pessoas e praticamente restrita à elite.

As diversas modalidades de escrita e leitura na Época Moderna nos permitem entender os mais variados usos dessa estratégia da comunicação humana. Se a escravidão africana é a marca mais violenta da dominação portuguesa no mundo, a circulação escrita é a prova concreta do modo como se podia gerir tão vastos territórios descontínuos. A hipótese de que a cultura escrita talvez seja a dimensão mais universal da presença portuguesa no mundo vem sendo comprovada pelo surgimento de, cada vez mais, projetos dedicados a organizar e entender as dinâmicas de comunicação entre a Coroa e seus domínios.

4. Autores como D. F. McKenzie e Roger Chartier argumentam que o conteúdo e a forma do texto mantêm uma relação de simultaneidade de sentidos. Quando trata dos “escritos breves” - relações, notícias, avisos, etc. -, sua argumentação vai ao mesmo caminho, evidenciando as diferenças e possibilidades de escrita e leitura oferecidas por este tipo de documento. Eles se afastam do discurso tratadístico e das elaborações retóricas exaustivas, mais conhecidas em geral, e assumem uma linguagem mais fluida? Em caso afirmativo, a senhora acredita que essa característica é um dos sintomas de uma nova experiência de tempo?

R4: Muito interessante esta questão, e ela mereceria uma resposta muito mais aprofundada do que eu vou poder dar agora. Os “escritos breves para circular”, como denominei em um artigo que publiquei recentemente, foram uma modalidade de textos intensificada a partir da prensa de tipos móveis. No entanto, as notícias, relações de sucessos e avisos, periódicos ou não, continuam a correr manuscritos, inclusive copiados dos impressos. Ou seja, nesses casos o que interessava era fazer as notícias chegarem mais rapidamente aos interessados, e sanar a curiosidade de saber sobre os mais variados acontecimentos em qualquer formato. Batalhas, naufrágios, milagres, monstros, descobertas de novas terras, cerimônias religiosas, todo tipo de assunto interessava. Mas atenção, essas modalidades noticiosas são diferentes das *missivas*, que desde a Antiguidade foram preceituadas e reguladas por meio da Arte da Retórica. Os textos noticiosos, diferentemente, não chegaram a receber um conjunto de normas como os demais gêneros e subgêneros vigentes na Época Moderna. Por isso eles me parecem tão especiais, tão cheios de novidades. Seus autores também eram pessoas de pouca relevância, encarregados de escrever rapidamente e enviar ao impressor para que tudo circulasse mais depressa.

Meu interesse por esses textos está, sobretudo, naqueles que não possuem ainda a periodicidade das futuras Gazetas e Mercúrios, e que circulavam avulsos, *pliegos soltos*, papéis volantes, efêmeros, descartáveis. Ao lado de panfletos políticos e sediciosos, as notícias, relações de sucesso e avisos eram muito ágeis e corriam o mundo. E como chegamos até eles? Graças a alguns homens aficionados por juntar, organizar e colecionar essas notícias. Até este momento pude trabalhar com dois desses colecionadores de notícias, avisos e relações de sucessos: Manuel Severim de Faria (1584-1655) e Jerônimo Mascarenhas (1611-1671), sobre os quais escrevi alguns artigos. Cada um em sua especificidade foi responsável por reunir, de moto próprio, um enorme volume de notícias escritas avulsas, impressas ou copiadas, com o intuito de colecionar os relatos noticiosos. Embora estivessem também interessados em colecionar as “antiguidades”, em seus conjuntos de notícias podemos acompanhar o ritmo do presente da primeira metade do século XVI, numa altura em que a mudança de perspectiva do tempo começava a ocorrer, de acordo com H. Koselleck e F. Hartog, ou seja, quando apareciam no Ocidente os primeiros indícios de um *novo regime de historicidade*, as notícias soltas colecionadas e organizadas cronologicamente por Severim de Faria e Mascarenhas nos falam da passagem do tempo presente, o que me parece realmente novo. Nesse sentido, estou de acordo com as colocações de Mackenzie e Chartier, e mais ainda, penso que a consciência do tempo presente que encontramos nos volumes de miscelâneas desses colecionadores de notícias é uma postura que, no mundo de hoje, está consolidada como cotidiana. Por outro lado, vale lembrar, ainda, que ambos eram clérigos seculares, vivendo na primeira metade do século XVII com a plena convicção da transitoriedade da vida e eternidade da alma, o que não os impediu de dedicarem suas existências a colecionar, copiar e redigir notícias de seu tempo.

Enfim, o tema merece muito mais reflexão, e tenho certeza de que estamos apenas começando a nos embrenhar por uma imensa e cerrada floresta de papéis marcados pela vontade de conhecer o mundo, os acontecimentos e o sentido da existência.